



MUNICÍPIO DE CUBA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 21

27-06-2017

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e dezassete, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Cuba, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal de Cuba, com a seguinte ordem de trabalhos:

ANTES DA ORDEM DO DIA:

- 1- INFORMAÇÕES;
- 2- RATIFICAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR;
- 3- ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.

ORDEM DO DIA:

- 1 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUBA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;
2. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA DO ANO DE 2016.
3. ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO ATÉ AO VALOR DE € 200.000,00, DESTINADO A OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA DECORRENTES DAS EMPREITADAS DE REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CASA FIALHO DE ALMEIDA, EM CUBA, DE REQUALIFICAÇÃO DA ENTRADA DE VILA RUIVA, EM VILA RUIVA, DE REABILITAÇÃO DAS ENVOLVENTES COM ARRANJOS EXTERIORES PARA A ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA DOS ALUNOS NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS DE VILA ALVA E DE FARO DO ALENTEJO E DE REQUALIFICAÇÃO DA RUA DR. EGAS MONIZ, EM CUBA.
4. 3ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL EM VIGOR PARA O ANO DE 2017.

[Handwritten signature]

5) ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS POR TEMPO INDETERMINADO DOS SEGUINTE LUGARES:

A) 1 ASSISTENTE OPERACIONAL – MOTORISTA DE PESADOS DE PASSAGEIROS E MERCADORIAS;

B) 2 ASSISTENTES OPERACIONAIS (SERVENTES);

C) 3 ASSISTENTES OPERACIONAIS PARA A SUBUNIDADE DE AMBIENTE E ESPAÇOS VERDES;

D) 1 ASSISTENTE OPERACIONAL PARA A SUBUNIDADE DE DESPORTO

6) ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS A TERMO RESOLUTIVO CERTO PARA OCUPAÇÃO DOS SEGUINTE POSTO DE TRABALHO:

A) 1 ASSISTENTE TÉCNICO – TURISMO;

B) 1 ASSISTENTES TÉCNICO – ARQUIVO

7. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO SOCIAL AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CUBA.

8. PROJETOS DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA DO CONCELHO DE CUBA, AO REGULAMENTO MUNICIPAL DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO CONCELHO DE CUBA E AO REGULAMENTO MUNICIPAL DO SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO CONCELHO DE CUBA.

9. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE RESTRIÇÃO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS,

10. ESCOLHA DE PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, NA ÁREA DOS SEGUROS.

O Presidente da Mesa pediu para ser feita a chamada. -----

Estiveram presentes nesta sessão os seguintes membros: -----

João Duarte Oliveira Brito Palma -----

Francisco António Orelha -----

António Duarte Ildefonso Barradinhas -----

João Dionísio Parreira Bate -----

António Manuel Isidoro Cavaco Alfarrobinha -----

Maria Teresa Cardeira Vargas -----

Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano -----

Manuel Francisco Pendilhas Baião -----

Carlos José Maltez Almeida -----

Hugo Manuel Machado Dionísio -----

Maria Joaquina Lucas Borges Félix -----

José António Rocha Cabrita -----

Dulce de Fátima Remechido Carvalho Vasco -----

Luís Manuel Dias Guerreiro -----

José António Cardeira Machado -----

Filipe Domingos Candeias Chora -----

João Manuel Ferreira Arvanas -----

Raul Manuel Viana Amaro -----

Faltou a esta sessão a deputada Francisca Maria Patrocínio Alface -----

Francisca Maria Patrocínio Alface -----

Estiveram também presentes nesta sessão o Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, O Vice-Presidente Francisco Xavier Candeias Fitas, a Vereadora do Pelouro da Cultura Sandra Maria Guerreiro Braz, o Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho e a Chefe da Unidade de Administração e Finanças Carmen das Dores Arrojado Estrela.

ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1 – INFORMAÇÕES. -----

O Presidente da Assembleia chamou o deputado Hugo Manuel Machado Dionísio para substituir na composição da mesa a 1.ª secretária que faltou.

Informou que não foi rececionada correspondência relevante desde a última sessão.

2 – RATIFICAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR: -----

A ata da sessão ordinária de 28 de abril de 2017 foi ratificada por maioria, com duas abstenções, dos membros que não estiveram presentes na reunião anterior.

3- ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO. -----

O deputado João Arvanas perguntou ao Presidente da Câmara porque é que enquanto Presidente da Junta de Vila Alva não tem conhecimento do que se faz naquela freguesia. Passou pelo largo Luís de Camões, viu vestígios de uma obra e não sabe o que se passa.

O presidente da Câmara explicou que se trata de uma retificação dos muros que se encontravam partidos, da recuperação da fonte e da pavimentação do local. Poderá ter ocorrido um lapso de comunicação mas não voltará a repetir-se.

O deputado João Arvanas agradeceu a justificação e disse que tem em mão um orçamento para um corrimão na subida do Bicó. Não acharam jeito e depois passados quinze dias estavam lá a pôr o corrimão sem dizerem nada.

O Presidente da Câmara disse que se trata de uma promessa de campanha e estranha que só agora, ao fim de tanto tempo, o Presidente da Junta venha falar no corrimão do Bicó. Gostava que houvesse diálogo entre a junta e a câmara, coisa que não existe. Sempre que se faz alguma coisa oficial em Vila Alva a Câmara não tem conhecimento.

O deputado João Arvanas referiu que há muito pouca coisa em Vila Alva, e mesmo no pouco que há, designadamente a festa de fim de ano do polo de Vila Alva, o Presidente da Câmara não foi nem mandou ninguém.

O Presidente da Câmara respondeu dizendo que não teve conhecimento desta festa, não foi convidado nem pela Junta nem pela Escola, o que é lamentável, pois trata-se de matéria da competência da Câmara. Disse que o mesmo aconteceu em Faro do Alentejo e nos outros polos.

A deputada Maria Joaquina Félix informou que não houve festa de encerramento no polo escolar de Faro do Alentejo pelo que, não fazia sentido enviar convite. Houve sim uma viagem de alunos numa iniciativa conjunta com a Junta de Freguesia.

O deputado João Arvanas disse que ouviu chamar pela Câmara e ninguém apareceu. Como a iniciativa partiu da Escola e não da Junta, se não houve convite a falha não foi dele.

O Presidente da Câmara lembrou que no ano passado a Câmara esteve presente e não foi chamada para intervir sendo a única entidade que não usou da palavra: toda a gente falou, a Junta, a Escola, a Assembleia de Pais, até o provedor da Santa Casa da Misericórdia.

O deputado Francisco Orelha abordou a questão da Casa Fialho de Almeida. Falou de trabalhos a mais no valor de mais de 200 mil euros, o que para si é ilegal pois não se pode ir além de 5%. O que está a acontecer é viciar um concurso. Lembrou que havia um projeto do anterior executivo que rondava os 500 mil euros e a comparticipação da Câmara seria só de 75 mil euros. Perguntou como é que vai ser resolvida a situação.

O presidente da Mesa da Assembleia esclareceu que quando se lança uma empreitada há duas fases: a da execução do contrato e a fase de formação de contrato.

Quanto aos 5% que referiu, nos trabalhos de suprimento de erros e omissões, o valor pode ser o que for, não havendo limite e os trabalhos a mais são os que resultam de situações imprevistas. Ao dono da obra é sempre facultada a possibilidade de pedir ao projetista a indemnização pela parte que lhe compete.

O Presidente da Câmara disse não saber onde é que o deputado Francisco Orelha vai buscar estes valores que não se comparam nada aos que apresenta. Existiram de facto alguns imprevistos que têm a ver com achados arqueológicos que foram acompanhados de perto pelo IPPAR.

Como é entendimento deste executivo manter estes achados no seu lugar, surgiram algumas alterações ao projeto o que aumentou o valor. Disse que não está a cometer nenhuma ilegalidade. Surpreende-o esta posição do deputado Francisco Orelha pelo facto de na Câmara o PS votar favoravelmente os trabalhos a mais e aqui na Assembleia a situação ser questionada. Dá-lhe a impressão que há três partidos socialistas na Cuba: o da Câmara, o da Campanha e o da Assembleia Municipal.

Lembrou ao deputado que o valor do projeto que tinha ficado na Câmara era de cerca de, aproximadamente, 850 mil euros.

O deputado Francisco Orelha referiu que, normalmente, são os erros e omissões que levam aos trabalhos a mais. Pediu para que o PS não fosse para aqui chamado pois quem aqui está são os deputados e não o partido e está aqui a representar uma força política.

Gostava de saber quais são os valores exatos para saber quem tem razão.

Outra situação tem a ver com a Rua Egas Moniz. Perguntou ao Presidente da Câmara que, se já sabia que ia avançar com o projeto definitivo da Rua porque é que avançou com a construção do campo de jogos e do lancil para agora ter de o arrancar.

Abordou ainda a questão da obra da saída de Cuba para Vidigueira, na qual foi retirada a berma à estrada. Seria bom que os técnicos analisassem bem o projeto e fizessem a correção porque ainda se vai a tempo.

Falou da estrada que liga Faro do Alentejo ao Aeroporto de Beja. Disse que em 2013 foi acordado com a EDIA que seria esta entidade a fazer a pavimentação. Passaram 4 anos e iniciou-se agora em ano de eleições. Questionou quem é que vai pagar a intervenção: a Câmara ou a EDIA.

O Presidente da Câmara respondeu dizendo que na saída de Cuba para Vidigueira antigamente não existiam bermas, havia barrancos e buracos. Estava lá uma vala que até era perigosa e quando a estrada estiver pronta irá ficar mais larga do que inicialmente.

Quanto ao acordo com a EDIA não encontrou na Câmara qualquer acordo para pavimentação da estrada Faro-Aeroporto. Não há nada escrito para fazer o C.M. 1008-1. Teve que ser a Câmara a avançar com a intervenção porque esta, ao longo dos anos se foi degradando e o anterior executivo não teve o cuidado de responsabilizar a empresa que mais a estragou.

Sobre a Rua Egas Moniz a intervenção que está a ser feita é no âmbito do Plano de Mobilidade Urbana, coisa que há um ano atrás não existia e a Câmara viu aqui uma oportunidade que não estava contemplada nos quadros comunitários. Assegurou que todos os cubos da calçada vão ser reaproveitados nesta nova intervenção.

Criticou o antigo Presidente por, nas intervenções em ruas, nunca ter feito a substituição de condutas e ramais de águas e esgotos.

Pediu ao Presidente da Assembleia autorização para mostrar parte de um tubo da conduta principal de abastecimento, em fibrocimento, completamente corroído. Isto para que se perceba a gravidade da situação em que se encontrava a Rua Egas Moniz, à semelhança, provavelmente, de todas as outras em que se puseram calçadas mas não houve o cuidado de tratar do mais importante. Apelidou a peça de artefacto histórico.

O deputado Francisco Orelha acusou o Presidente da Câmara de estar a denegrir a imagem do Francisco Felgueiras e de António São Brás. No seu ponto de vista trata-se de uma herança dos tempos do Francisco Jesuino e do Francisco Felgueiras.

Disse que a única terra do distrito de Beja que fez um sistema separativo foi a Vidigueira. Por isso todos os concelhos estão nas mesmas condições e o que o Presidente da Câmara veio aqui fazer foi propaganda política.

13
Ad

Concorda com o Presidente da Câmara quando este fala em vários PS's, porque neste partido há liberdade de pensamento e não pensamento único. Não é como na Câmara, presentemente, em que nenhum vereador tem liberdade de fazer nada sem autorização do Presidente.

Falou de outra deficiência na obra da saída de Cuba para a Vidigueira que é o diâmetro do tubo que está a ser colocado e que na garante o escoamento das águas. É mais um erro do projeto que os técnicos deviam reparar.

Convidou o Presidente da Câmara a ir consigo à EDIA provar se houve ou não comprometimento com a pavimentação da estrada Faro-Aeroporto.

O deputado José Cabrita mostrou-se surpreendido com a postura do deputado Francisco Orelha pois tão depressa coloca em causa a competência dos técnicos da Câmara, criticando as soluções técnicas, como noutros momentos valoriza os mesmos dizendo que são competentes quando lhe interessa.

O deputado Francisco Orelha explicou que confia em técnicos que abrem um projeto e o sabem ler, não daqueles em quem põe reservas. Citou o exemplo da obra de Faro do Alentejo e da falta de qualidade do técnico que, só por sorte, apesar de tudo, não provocou uma tragédia com a queda da cobertura do salão.

O Presidente da Câmara respondeu dizendo que ninguém pretende denegrir a imagem do Francisco Felgueiras e do António São Brás. Não se podem é esconder dezasseis anos de história.

Relativamente ao abastecimento de água, informou que Cuba foi dos primeiros concelhos a candidatar a remodelação da rede com sistema separativo do Parque Manuel de Castro até aos tanques, projeto que não foi aprovado por razões políticas.

Sobre a questão do regime ditatorial referiu que os trabalhadores terão muito a dizer sobre isso: os que foram encostados, os que tiveram notas negativas e os que sofreram represálias. Com este executivo não houve notas negativas e nenhum técnico foi impedido de fazer projetos.

Quanto à questão da EDIA disse que o deputado Francisco Orelha deveria pôr a mão na consciência por ter deixado abalar a empresa e não a chamar à responsabilidade.

O deputado João Arvanas disse que o Presidente da Câmara ficou incomodado com o estado em que encontrou a tubagem da rede de água na rua Egas Moniz mas esteve em Vila Alva numa rua com oito ruturas, mandou arrancar o tubo e depois foi reparado da mesma forma como lá estava. Entende que Vila Alva merece tanto como Cuba

O Presidente da Câmara recordou que todas as intervenções na Praça da República e na Rua da Misericórdia levaram rede de água e esgotos novos. O problema das ruturas está resolvido porque levou lá uma empresa especializada para resolver o assunto pois Vila alva estava a gastar mais água do que todas as freguesias juntas. Acha descabido o deputado João Arvanas vir falar destas matérias quando Vila Alva foi privilegiada em relação às outras freguesias.

O deputado Francisco Orelha recuperou a história dos dezasseis anos e regozijou-se por ter feito de uma pequena aldeia uma pequena cidade, aumentando em um terço a área de

regeneração urbana. Deixou a este executivo outra herança que foi o aumento da população em duzentas pessoas e agora está a constatar que o concelho tem vindo a perder cinquenta pessoas por ano fruto da incapacidade e de nada ser feito para manter a população. Acusou o atual presidente de gastar tudo em festas e foguetórios transformando o concelho num parque de diversões. Concluiu dizendo que, relativamente à reestruturação da rede de águas do concelho, pode cá estar o tempo que estiver que nunca irá concluir esse trabalho.

O deputado José Cabrita questionou os critérios em que se baseia o deputado Francisco Orelha para classificar Cuba como uma pequena cidade.

Recordou o período difícil que se atravessou e que levou a que muitos jovens emigrassem. Este executivo tem apostado em questões como a empregabilidade como forma de fixação dos jovens. Referiu um conjunto de empresas que se instalaram no Parque empresarial já no tempo deste executivo e que, a partir do momento em que entrarem em laboração garantem certamente muitas dezenas de postos de trabalho. Por isso, o deputado não pode dizer que nada foi feito neste sentido. Não pode é este executivo fazer em quatro anos, o que outros não fizeram em dezasseis. Criticou o anterior Presidente por ter tido fundos comunitários para a reestruturação da rede de água e saneamento e não os ter aproveitado. Terminou dizendo perceber que a lógica subjacente a esta matéria, infelizmente defendida pelo partido do governo, é a privatização, colocando um recurso que é público nas mãos dos privados.

O deputado Carlos Almeida disse que ao ver um tubo nestas condições não sabe como é que se pode dormir descansado porque por este tubo passa a água que os munícipes estão a beber. Discute-se isto e aquilo e não se apresenta uma solução. Gostava de saber o que é que o executivo está a pensar fazer pois, provavelmente, o Anselmo Ralph dava para arranjar a Rua Formosa. É lamentável que as pessoas estejam a beber água nestas condições. A discussão não é tornar as culpas a este ou àquele, é agir com soluções.

O Presidente da Câmara lamentou que sistematicamente o deputado Francisco Orelha confunda os números e os conceitos: A vila de Cuba ganhou população e o concelho é que perdeu. O que o deputado Francisco Orelha viu foram dados do concelho, muito por causa da falta de investimento nas freguesias rurais, esquecidas pelo anterior executivo.

Perguntou ao deputado se já viu os números do desemprego, em que nos últimos quatro anos passou de 11,5 para 10%. Cuba foi o concelho do Alentejo que mais diminuiu o desemprego. Explicou os números dos empréstimos retratados no documento do Revisor Oficial de Contas.

Garantiu que enquanto a população lhe der confiança, as águas em baixa nunca passarão para as Águas Públicas do Alentejo. É uma questão de honra.

Quanto à preocupação do deputado Carlos Almeida sobre o estado da rede, tendo sido ele durante oito anos vereador do ambiente, questionou o que é que fez para solucionar a situação.

Recordou que em 2014 Cuba recebeu o selo de qualidade da água: a água tem qualidade as infraestruturas é que não.

3
X

O deputado Carlos Almeida disse que os mandatos anteriores já foram julgados nas urnas. O PS perdeu. Mas o que o preocupa é o que se vai fazer.

O Presidente da Câmara disse que irá remodelar a rede sempre que seja possível, aumentar o nível de análises quando tiver que aumentar e fazer o que ainda não foi feito, designadamente, resolver as coisas à semelhança do que fez quando chegou à Câmara: Sem alarmar a população tratou um problema de legionella que existia em Cuba e que foi resolvida imediatamente.

O deputado Carlos Almeida questionou se, sabendo da existência da legionella, foram avisados os organismos responsáveis, designadamente a entidade de saúde pública.

O Presidente da Câmara respondeu que, evidentemente, os organismos responsáveis foram informados.

O deputado Francisco Orelha falou de um investimento seu, enquanto presidente da AMCAL, na ETA de Albergaria no valor de 2,5 milhões de euros, o que veio resolver o problema da qualidade da água pois até aí bebia-se água imprópria para consumo.

Sugeriu a este executivo que guardasse o dinheiro das festas e em quatro anos juntavam mais de um milhão de euros e podiam avançar com a segunda fase do parque empresarial.

Disse que hoje há condições para os deputados da Assembleia Municipal poderem reunir num espaço com qualidade, situação que não encontrou quando chegou à Câmara. Disse que a Assembleia reunia num buraco.

O Presidente da Mesa da Assembleia corrigiu o deputado Francisco Orelha dizendo que aquilo não era um buraco, era o espaço que existia na altura e que o espaço de memória tem de ser respeitado. Ao tempo havia o que havia e os materiais eram os da época.

Quanto à questão das águas criticou o deputado Francisco Orelha por este não ter aproveitado o financiamento através de fundos comunitários para as infraestruturas: até os 15% tinha facilidade de poder ir buscar à banca. Agora o problema passa pelas opções de fazer obras de pavimentação e de calçadas que dão votos e as obras de infraestruturas de águas e esgotos que tiram votos. Fez o superficial.

Pediu cuidado no trato destas questões da água e dos alarmismos que daí podem advir atendendo à proximidade de eleições.

O Presidente da Câmara esclareceu, em resposta ao deputado Carlos Almeida, que há investimento de obra que são despesas de capital e despesas com feiras que são despesas correntes. Pediu ao deputado para não confundir as pessoas com as verbas que são cabimentadas para uma coisa e para outra.

Defende que o investimento na ETA no valor de 2,5 milhões foi uma mau investimento pois apenas abrange 27% da população, como tal deveria ser melhor considerado.

Em relação ao parque empresarial não foram 10 lotes mas sim quatro que foram cedidos à empresa e quem trata este assunto é uma comissão de acompanhamento da qual faz parte uma técnica que por sinal agora é candidata do PS a vereadora.

Pediu ao Presidente da Assembleia para distribuir um documento pelos deputados por se tratar de um facto relevante que tem a ver com a análise financeira de um ano da Câmara.

Pode tratar-se de um facto financeiro político a ter em conta nos custos do atual exercício: trata-se de um relatório de auditoria de Amável Calhau de 30/09/2013: a devolução da verba da caixa geral de aposentações ao ex presidente no valor de 25 mil euros e à Câmara no valor de 35 477 mil euros. Houve um período em que a Câmara não fez descontos para a CGA e o ex presidente também não fez descontos durante um período de 7,5 anos.

A Câmara pediu pareceres às entidades competentes sobre a melhor forma de atuação. Foram rececionados alguns que hão-de chegar ao conhecimento da Assembleia Municipal através de um processo que há-de ser compilado para o efeito.

O deputado Francisco Orelha disse que se trata ou de perseguição ou de velhaquice.

Explicou que no ultimo mandato já estava aposentado, estava a fazer descontos para a CGA sem ter benefícios disso pelo que esse dinheiro tinha que ser devolvido. Estes assuntos têm de ser tratados pelas entidades competentes e, até à data, quase quatro anos depois, ainda não recebeu qualquer notificação da CGA que é quem tem que responder por isso, não é a segurança social.

O Presidente da Câmara disse que não se trata de velhaquice. Resultou de uma auditoria que detetou um facto sobre o qual foram pedidas explicações.

As entidades consultadas pronunciaram-se, designadamente DGAL, CCDR e Segurança Social. Pelos vistos a Câmara Municipal não agiu bem quando devolveu o dinheiro ao ex-presidente nem quando ficou com os 35 mil euros.

ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

O munícipe João costa interveio. Recordou a obra feita pelos anteriores autarcas que nos vários períodos da vida da terra fizeram o que puderam com os meios existentes na altura. Lembrou o negocio do espaço da biblioteca com a troca de lotes com o senhor Manzaca. Pediu para que se olhe mais para o futuro e não se esteja sempre a falar do passado.

O deputado Francisco Orelha concordou com parte das palavras do munícipe e explicou como foi feita a permuta conseguindo que a biblioteca ficasse no meio da vila e não numa ponta como inicialmente estava projetado.

1. APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUBA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART. 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. (Para conhecimento)

Foram presentes à Assembleia Municipal: -----

- Um RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS no período de 11-04-2017 a 07-06-2017, nas áreas de intervenção dos vários pelouros, que dada a sua extensão, aqui se dão por integralmente reproduzidos ficando a fazer parte desta acta e a ela anexa.

- O RELATÓRIO DE ATIVIDADES da AMCAL, referente ao 1.º semestre

- A INFORMAÇÃO ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE CUBA elaborada de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei N.º 75/2013, de 12 setembro. -----

O Presidente da Mesa pediu para que constasse em ata que a Assembleia tomou conhecimento. -----

2. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA DO ANO DE 2016. -----

Foi presente à Assembleia uma certidão de deliberação da Câmara Municipal que é do seguinte teor: -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 41/2017, dos Serviços Financeiros, enquadrando dentro do enumerado no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, e da portaria n.º 474/2010 (que aprovou a orientação n.º 1/2010), a prestação de Contas Consolidadas do ano de 2016. -----

A Câmara por, unanimidade, deliberou aprovar os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2016, ao abrigo das competências que lhe são cometidas pela alínea i) do n.º 1 do art. 33.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro e remeter o referido documento para apreciação e votação pelo órgão deliberativo (Assembleia Municipal) conforme determina o atrás referido artigo 33.º e a alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da mesma lei, na sessão que terá lugar no corrente mês de junho, de acordo com o enumerado no n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação e, por maioria, com 7 (sete) abstenções dos deputados do PS, foi aprovado o documento de prestação de contas consolidadas do ano de 2016. -----

3. ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO ATÉ AO VALOR DE € 200.000,00, DESTINADO A OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA DECORRENTES DAS EMPREITADAS DE REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CASA FIALHO DE ALMEIDA, EM CUBA, DE REQUALIFICAÇÃO DA ENTRADA DE VILA RUIVA, EM VILA RUIVA, DE REABILITAÇÃO DAS ENVOLVENTES COM ARRANJOS EXTERIORES PARA A ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA DOS ALUNOS NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS DE VILA ALVA E DE FARO DO ALENTEJO E DE REQUALIFICAÇÃO DA RUA DR. EGAS MONIZ, EM CUBA. -----

Foi presente à Assembleia uma certidão de deliberação da Câmara Municipal que é do seguinte teor: -----

Foi presente à Câmara uma proposta do Sr. Presidente cujo teor se transcreve: -----

“Considerando que se encontram em curso quatro empreitadas - Empreitada de Requalificação e Valorização da Casa Fialho de Almeida, em Cuba, Empreitada de requalificação da entrada de Vila Ruiva, em Vila Ruiva, Empreitada de Reabilitação das Envolventes com Arranjos Exteriores para a Atividade Física e Desportiva dos Alunos nas Escolas Primárias de Vila Alva e de Faro do Alentejo e Empreitada de Requalificação da Rua Dr. Egas Moniz, em Cuba -, cujos projetos foram candidatados a fundos comunitários;-----

Considerando que se encontram igualmente em curso outras empreitadas de relevante importância para o Concelho;-----

Considerando que cabe ao Município de Cuba um enorme esforço financeiro para poder suportar os encargos decorrentes destes investimentos, tanto mais que as verbas correspondentes ao co-financiamento só são pagas *a posteriori*, de forma a não inviabilizar a sua prossecução a bom e devido ritmo dos trabalhos em curso;-----

O que causa algumas dificuldades de tesouraria quando atempadamente se quer cumprir os compromissos assumidos e as receitas próprias e os fundos disponíveis não são suficientes para o efeito;-----

A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, inscreve no n.º 1 do art.º 50º, o financiamento bancário de curto prazo como instrumento para lidar com os constrangimentos de tesouraria. Este diploma legal reforça o caráter de antecipação de receitas próprias municipais que está associado a estes financiamentos, determinando a obrigatoriedade do seu integral reembolso até ao final do exercício económico em que são contratados;-----

Nesta conformidade, proponho que se dê início ao processo de contratação de um empréstimo a curto prazo no valor de € 200.000,00, consultando-se as seguintes instituições de crédito:-----

a) Caixa Geral de Depósitos, S.A.;-----

b) Banco Santander Totta, S.A.;-----

c) Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior, CRL;-----

Mais proponho a aprovação do respetivo ofício-convite, que se anexa, e que a Comissão de Acompanhamento do Procedimento seja constituída pelos seguintes membros:-----

Presidente: João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara;-----

Vogais efetivos: Vítor Manuel Parreira Fialho, Chefe da UAJDCS;-----

Cármén das Dores da Silva Arrojado Estrela, Técnica Superior.-----

Vogais suplentes: Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior;-----

Vítor Miguel das Dores Guerreiro da Costa Raminhos, Técnico Superior. -----

Mais se propõe que o Presidente, nas suas faltas e impedimentos, seja substituído pelo vogal Vítor Manuel Parreira Fialho.-----

Foi igualmente presente o **Convite para apresentação de proposta:** -----

Ex^{mos} Senhores/Ex^{mas} Senhoras, -----

Pretendendo o Município de Cuba, através da sua Câmara Municipal, contratar o empréstimo supra referido, convida-se essa instituição de crédito a apresentar proposta para o efeito. -----

A proposta deve assumir a forma de "Proposta Contratual", onde constem, entre outras, as seguintes cláusulas: -----

1. Natureza do empréstimo: abertura de crédito em regime de conta corrente, podendo, no entanto, ser utilizado, na data de perfeição do contrato, o produto integral do empréstimo;

2. Montante: € 200.000,00 (duzentos mil euros); -----

3. Prazo global: até 31 de dezembro de 2017; -----

4. Utilização: de acordo com as necessidades do Município, mediante pedido por escrito; ---

3
JAN

5. **Taxa de juro contratual:** a propor pela instituição de crédito, com referência à indexação da taxa e Spread; -----

6. **Pagamento de juros:** pode ser previsto o pagamento de juros mensais ou trimestrais, desde que igual ou inferior ao período implícito do indexante que vier a ser escolhido; -----

7. **Reembolso do Capital:** podem apresentar propostas na variante de reembolso de capital no vencimento, podendo ainda, haver lugar a reembolsos e reutilizações durante toda a vigência do empréstimo; -----

8. **Comissões:** devem as Instituições de Crédito indicar se existem ou não comissões a aplicar à presente operação de crédito e, caso existam, a sua clara identificação; -----

9. **Outras condições:** devem as instituições de crédito indicar outros encargos e garantias exigidas, bem como outras obrigações decorrentes da operação. -----

As propostas, dirigidas ao Presidente da Câmara, são entregues em invólucro fechado, com indicação no exterior "Proposta de Empréstimo a Curto Prazo no valor de € 175.000,00" e devem dar entrada nos serviços da Câmara Municipal de Cuba, sitos na Rua Serpa Pinto, 84, 7940-172 Cuba, até às 17 horas do 5º dia contado a partir da receção do presente convite (este prazo é contínuo, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados), podendo ser remetidas por correio registado com aviso de receção ou entregues pessoalmente contra recibo. -----

O critério de adjudicação é o "*da proposta economicamente mais vantajosa*", tendo em consideração a taxa de juro fixada. -----

Verificando-se igual valor proposto para a taxa de juro, considerar-se-ão, a seguir, as garantias exigidas. -----

A abertura das propostas tem lugar pelas 10 horas do dia útil imediato ao termo do prazo de entrega das mesmas, o que vos será comunicado por escrito, perante comissão designada para o efeito. -----

Com os melhores cumprimentos. -----

O Presidente da Câmara, -----

(Dr. João Manuel Casaca Português). -----

A Câmara, por unanimidade, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos atrás exarados, o presente contrato de empréstimo a curto prazo. -----

Foi ainda presente à Câmara o Relatório final da Comissão de Acompanhamento do procedimento referente à consulta a instituições de crédito para contratação de um empréstimo a curto prazo até ao montante de € 200.000,00, destinado a ocorrer a dificuldades de tesouraria; cujo teor se transcreve: -----

-----“RELATÓRIO FINAL”-----

Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e dezassete, reuniu a Comissão de Acompanhamento do procedimento referenciado em epígrafe a fim de elaborar o respetivo relatório final. -----

A Comissão procedeu oportunamente à análise das propostas admitidas e, em função da aplicação do critério de adjudicação fixado, elaborou um relatório fundamentado sobre o mérito das mesmas, donde resultou propor-se a adjudicação à proposta do concorrente Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior, CRL. -----

De harmonia com o disposto nos artigos 121º e seguintes do CPA, a Comissão procedeu à audiência prévia escrita dos concorrentes, tendo os mesmos sido notificados sobre o projecto de decisão final, beneficiado de um prazo de 3 dias úteis para se pronunciarem. Nenhum dos concorrentes se pronunciou. -----

Nesta conformidade, nada havendo a alterar relativamente ao registado no Relatório Preliminar, propõe a Comissão, por unanimidade, que a contratação do empréstimo supra identificado seja adjudicada ao concorrente **Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior, CRL.** -----

Face ao que antecede, submete-se à apreciação superior o presente relatório final, assim como a respetiva minuta de contrato de empréstimo.” -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o Relatório Final e a minuta do contrato de empréstimo e remeter o documento para votação na Assembleia Municipal que terá lugar em 27 de junho de 2017. -----

O deputado Francisco Orelha perguntou se o empréstimo tem carência. O Presidente da Assembleia respondeu que sendo o empréstimo a curto prazo tem de ser pago ate ao fim do ano.

O deputado Francisco Orelha fez a pergunta porque o presidente da Câmara disse uma vez na assembleia que os projetos em overbooking os pagaria assim que recebesse e não os pagou.

A segunda questão tem a ver com as amortizações porque o Presidente da Câmara deu a entender na assembleia municipal que no anterior executivo não fazia amortizações. Pediu à Dr.ª Carmen Estrela para explicar se cumpriu ou não com os deveres. O Presidente da Câmara disse que a técnica está presente para ajudar a Câmara e só intervirá se for autorizada depois do pedido ser feito à mesa.

A Dr.ª Carmen Estrela informou que as amortizações sempre foram pagas dentro dos planos atempadamente, quer com o anterior quer com este executivo. Disse que este é o sitio certo para se pedirem esclarecimentos não como se faz muitas vezes utilizando as redes sociais para se falar sem critério. Explicou que do empréstimo de 350 mil euros para projetos em overbooking foram amortizados 100mil. Nada obrigava a que fosse pago na totalidade. Há um compromisso que foi justificado ao tribunal de contas. Referiu ainda que houve outro empréstimo de 175 mil euros que foi liquidado na totalidade. Informou, ainda, que a Câmara

13
JCA

teve que avançar com verbas próprias na sequência do acordo com o Ministério da Educação para o arranjo da cobertura da escola, o que causou alguns constrangimentos.

O Presidente da Câmara esclareceu que o overbooking quando foi contraído foi para ser pago. Já liquidou uma parte mas está lá escrito que a liquidação total pode ser feita até 2018. Foi a primeira vez que foi feita uma amortização extraordinária e excecional num empréstimo a longo prazo.

O deputado Francisco Orelha perguntou se os 100 mil euros que foram amortizados não resultaram de uma verba também excecional que foi recebida este ano?

A Dr. Carmen Estrela respondeu dizendo que foram verbas recebidas dos projetos. Em anos anteriores é que, por via do IMI, o excesso foi aplicado na amortização.

Prestados os esclarecimentos considerados necessários, o Presidente da Mesa propôs a votação e, por maioria, com 7 (sete) abstenções dos deputados do PS, foi autorizada a Câmara a contratar o empréstimo a curto prazo, assim como foi aprovado o relatório final da Comissão de Acompanhamento e a minuta do respetivo contrato. -----

O Presidente da Câmara pediu para deixar uma nota referente à abstenção do PS numa proposta de investimento no concelho e de igual forma o Presidente da Junta de Vila Alva que se absteve estando em causa um investimento para a sua freguesia.

O deputado Francisco Orelha disse que os deputados do PS ao optarem pela abstenção estão a permitir a aprovação sem colocar obstáculos à aplicação dessa verba no concelho.

4. 3ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL EM VIGOR PARA O ANO DE 2017. -----

Foi presente à Assembleia uma certidão de deliberação da Câmara Municipal que é do seguinte teor: -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 27/2017, da Subunidade de Recursos Humanos cujo teor se transcreve: -----

“Na sequência da intenção de proceder à alteração do mapa de Pessoal do ano 2017, em virtude das várias lacunas de recursos humanos, cumpre a esta subunidade informar o seguinte: -----

A norma legal para efeitos de aprovação e alterações ao mapa de pessoal é a constante na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, doravante designada por LGTFP, em sintonia com as remissões feitas pelo Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. -----

Em matéria de alteração ao mapa de pessoal, dispõe o artigo 29.º da LGTFP, o seguinte: -----

Artigo 29.º

Mapas de pessoal

1 — Os órgãos e serviços preveem anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução. -----

2 — O mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função:-----

a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; --

b) Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam; -----

13
12

c) Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular; -----

d) Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho. -----

3 — Nos órgãos e serviços desconcentrados, o mapa de pessoal é desdobrado em tantos mapas quantas as unidades orgânicas desconcentradas. -----

4 — O mapa de pessoal é aprovado pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento, sendo afixado no órgão ou serviço e inserido em página eletrónica. -----

5 — As alterações aos mapas de pessoal que impliquem um aumento de postos de trabalho carecem de autorização prévia do membro do Governo de que dependa o órgão ou o serviço, de cabimento orçamental e do reconhecimento da sua sustentabilidade futura pelo membro do Governo responsável pela área das finanças. -----

6 — O disposto no número anterior não é aplicável à alteração do mapa de pessoal que decorra do direito de ocupação de posto de trabalho no órgão ou serviço pelo trabalhador que, nos termos legais, a este deva regressar. -----

7 — A alteração dos mapas de pessoal que implique redução de postos de trabalho fundamenta-se em reorganização do órgão ou serviço nos termos legalmente previstos, devendo cessar, em primeiro lugar, os vínculos de emprego público a termo. -----

Em sintonia com o este artigo devemos ter presente o Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, artigo 3º que determina o seguinte: -----

Artigo 3.º

Mapas de pessoal

1 — Os municípios e as freguesias dispõem de mapas de pessoal aprovados, mantidos ou alterados, nos termos da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de fevereiro. -----

2 — Os mapas de pessoal a que se refere o número anterior, são aprovados, mantidos ou alterados:---

a) Nos municípios, pela assembleia municipal; -----

b) Nas freguesias, pela assembleia de freguesia. -----

(as referências feitas à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de setembro, já revogada, entendem-se feitas para as correspondentes normas na LGTFP – n.º 93, art. 42º da Lei preambular da LGTFP)

A referência feita no n.º 5, do art. 60.º da LGTFP, quanto à cabimentação orçamental, não é apresentada junto à informação, porque, aquando da revisão orçamental n.º 5/2017, serão previstos estes custos. -----

Termos em que, atendendo aos factos expostos, deve o presidente do órgão, por força das competências que lhe são cometidas pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deverá ser presente a informação, para que nela possa ser deliberado o seguinte: -----

1 - Propor à Câmara Municipal, ao abrigo das competências que lhe são cometidas pela al. ccc), do n.º 1 do art. 33º da Lei n.º 75/2013, aprovar a presente proposta e submete-la posteriormente à assembleia municipal por se tratar de competências próprias daquele órgão, no uso das competências previstas na al. o), n.º 1, art. 25, da mesma lei, articulado com a alínea a) do n.º 2, do art. 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, aprovar a

alteração aqui proposta, para a criação de 1 Lugar por tempo indeterminado na carreira/categoria assistente Operacional para o exercício de funções de electricista a afetar à subunidade de obras. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a presente proposta e remetê-la para apreciação e votação na sessão da Assembleia Municipal que terá lugar durante este mês de junho. -----

O deputado Carlos Almeida pediu esclarecimentos relativamente ao electricista.

O Presidente da Câmara respondeu que o propósito é passar o electricista de contrato a termo certo para contrato por termo indeterminado.

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação e, por unanimidade, foi aprovada a alteração ao Mapa de Pessoal para 2017. -----

5) ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS POR TEMPO INDETERMINADO DOS SEGUINTE LUGARES: -----

A) 1 ASSISTENTE OPERACIONAL – MOTORISTA DE PESADOS DE PASSAGEIROS E MERCADORIAS; -----

B) 2 ASSISTENTES OPERACIONAIS (SERVENTES); -----

C) 3 ASSISTENTES OPERACIONAIS PARA A SUBUNIDADE DE AMBIENTE E ESPAÇOS VERDES; -----

D) 1 ASSISTENTE OPERACIONAL PARA A SUBUNIDADE DE DESPORTO. -----

Foi presente à Assembleia uma certidão de deliberação da Câmara Municipal que é do seguinte teor: -----

Foi presente à Câmara uma informação da Subunidade de Recursos Humanos sobre os procedimentos a adotar, e os formalismos que se encontram subjacentes ao recrutamento de pessoal da administração pública/local, cujo teor se transcreve: -----

“Em matéria de recrutamento de pessoal são várias as disposições legais, temos de levar em consideração a seguinte legislação: -----

Normas aplicáveis para o recrutamento de Assistentes Operacionais por tempo indeterminado: -----

Em termos de recrutamento de pessoal para a administração pública e com as especificidades das autarquias locais, muita legislação há a considerar, para a abertura de procedimento concursal, como se passa a elencar: -----

Acrescenta-se a estas normas, o ofício circular da ANMP n.º 92/2014-PB de 24/07/2014, em que as Autarquias Locais não têm de consultar a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA). -----

1. A Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, designada por Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que regula o vínculo de trabalho em funções públicas; -----

Deste modo, qualquer órgão ou serviço que pretenda satisfazer as suas necessidades de pessoal, deverá seguir um conjunto de procedimentos, de modo a garantir a observância do legalmente disposto em matéria de recrutamento, inserta na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, nomeadamente no seu artigo 30.º e que dispõe o seguinte: -----

Artigo 30.º

Preenchimento dos postos de trabalho

1 — O órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, nos termos do presente artigo. ---

2 — O recrutamento deve ser feito por tempo indeterminado ou a termo, consoante a natureza permanente ou transitória da atividade, tal como consta do mapa de pessoal. -----

3 — O recrutamento é feito por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado. -----

4 — Em caso de impossibilidade de ocupação de postos de trabalho nos termos do número anterior, o órgão ou serviço, precedendo parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, pode recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal.-----

5 — Em casos excecionais, devidamente fundamentados, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública podem autorizar a realização de um procedimento concursal a que possam concorrer os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público fora do caso previsto no número anterior. -----

6 — O recrutamento de trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público pode ainda ocorrer noutras situações especialmente previstas na lei, em razão de aptidão científica, técnica ou artística, devidamente fundamentada, precedido do parecer referido no número anterior. -----

7 — O parecer referido nos números anteriores é expressamente mencionado no procedimento de recrutamento. -----

8 — O preenchimento dos postos de trabalho pode ainda ocorrer por consolidação de mobilidade ou de cedência de interesse público, nos termos previstos na presente lei. -----

O mapa de pessoal aprovado para o ano de 2017, prevê os lugares e as respetivas cabimentações para o mês de dezembro/2017, (data em que se prevê a conclusão dos presentes procedimentos), conforme se verifica através das fichas de cabimento n.ºs 22701, 23070, 22720, 22721, 22728 e 22737, respetivamente, quanto à remuneração base, subsídio de refeição e subsídio de Natal. -----

Atendendo, à fase que atravessamos, não se vislumbra que surjam trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado que pretendam candidatar-se aos presentes procedimentos concursais; -----

Por uma questão de parcimónia de custos e procedimentos, deverá o âmbito de recrutamento dos procedimentos, permitir que trabalhadores que sejam detentores de vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, possam candidatar-se para que não corramos o risco de o procedimento ficar deserto. -----

Assim, de forma a não se limitar o acesso e não se correr o risco do procedimento ficar deserto, deverá a proposta de abertura de procedimentos concursais permitir a receção de candidaturas de: -----

a) Candidatos aprovados com vínculo de emprego público por tempo indeterminado; -----

- b) Candidatos aprovados com vínculo de emprego público a termo; -----
c) E, candidatos que não possuam qualquer das modalidades referidas, isto é, sem qualquer vínculo à administração. -----

De realçar, que no caso de se registar candidatos que possuam vínculo de emprego público por tempo indeterminado ou a termo e sem vínculo de emprego público, aquando da elaboração da lista de ordenação final do procedimento, proceder-se-á em conformidade com as normas de prioridade no recrutamento determinadas nos números 3 e 4 do artigo 30.º da Geral Trabalho em Funções Públicas. -----

O facto de se constatar que a atividade tem natureza permanente, conclui-se que estão reunidas as condições para se determinar que a relação jurídica a definir na presente proposta de abertura de procedimento concursal, deverá ser pelo tempo indeterminado. ----

1. O Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que procede à adaptação, naquela data, da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e atualmente, por força do disposto no artigo 42.º da Lei preambular da Lei n.º 35/2014, "todas as referências feitas aos diploma ora revogados entendem-se feitas para as correspondentes normas da presente lei"; -----

O Decreto-Lei n.º 209/2009, determina que todas as referências feitas ao membro do governo ou ao dirigente máximo do serviço, consideram-se feitas nos municípios, ao Presidente da Câmara. -----

No que respeita gestão à de recursos humanos em função dos mapas de pessoal, sendo insuficiente o número de trabalhadores em funções, pode o serviço promover os recrutamentos necessários, contudo precedido de aprovação do órgão executivo, em que o sentido e data da deliberação são expressamente mencionadas no procedimento. -----

2. A Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, regulamenta a tramitação do procedimento concursal, nos termos do n.º 2 do artigo 37.º da LGTFP; -----

O art. 3º, da Portaria, na sua redação atual, determina as modalidades que pode revestir o procedimento concursal: -----

- a) *Comum, sempre que se destine ao imediato recrutamento para ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal dos órgãos ou serviços;* -----
a) *Para constituição de reservas de recrutamento, sempre que se destine à constituição de reservas de pessoal para satisfação de necessidades futuras da entidade empregadora pública ou de um conjunto de entidades empregadoras públicas.* -----

Consequentemente, deverá ser a modalidade de procedimento concursal comum, uma vez que o recrutamento é para fazer face a necessidades imediatas; -----

Nestes termos conclui-se, -----

1. As autarquias não têm de consultar a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação previsto no art. 24.º da Lei n.º 80/2013,

de 28 de novembro e regulamentado pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, conforme consta no ofício circular da ANMP n.º 92/2014-PB de 24/07/2014; -----

2. Atendendo que no mapa de pessoal aprovado para o ano 2017, encontram-se previstos os postos de trabalho postos a concurso; -----

3. Atendendo que se encontram reunidos os pressupostos necessários ao recrutamento, no âmbito da lei Geral do trabalho em Funções Públicas; -----

Sou a propor, em caso de concordância: -----

- por força das competências que são cometidas ao Presidente do Órgão Executivo do Município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo Órgão, deve a presente informação ser remetida à reunião ordinária da câmara municipal que terá lugar no próximo 7 de junho de 2017, para que nela possa ser deliberado a aprovação do seguinte: -----

O órgão executivo aprove as propostas de abertura de procedimentos concursais para o recrutamento de: -----

ref a) 1 assistente operacional – motorista de pesados de passageiros e mercadorias; -----

ref b) 2 assistentes operacionais (serventes); -----

ref c) 3 assistentes operacionais para a subunidade de ambiente e espaços verdes; -----

ref d) 1 assistente operacional para a Subunidade de Desporto. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta apresentada aprovando a abertura dos procedimentos concursais. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

6) ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS A TERMO RESOLUTIVO CERTO PARA OCUPAÇÃO DOS SEGUINTE POSTO DE TRABALHO: -----

A) 1 ASSISTENTE TÉCNICO – TURISMO; -----

B) 1 ASSISTENTES TÉCNICO – ARQUIVO -----

Foi presente à Assembleia uma certidão de deliberação da Câmara Municipal que é do seguinte teor: -----

Foi presente à Câmara uma informação da Subunidade de Recursos Humanos sobre os procedimentos a adotar, e os formalismos que se encontram subjacentes ao recrutamento de pessoal da administração pública/local, cujo teor se transcreve: -----

“Em matéria de recrutamento de pessoal são várias as disposições legais que temos de levar em consideração, a saber: -----

Normas aplicáveis para o recrutamento de Assistentes técnicos a termo resolutivo certo: -----

Em termos de recrutamento de pessoal para a administração pública e com as especificidades das autarquias locais, muita legislação há a considerar, para a abertura de procedimento concursal, como se passa a elencar: -----

Acrescenta-se a estas normas, o ofício circular da ANMP n.º 92/2014-PB de 24/07/2014, em

que as Autarquias Locais não têm de consultar a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA). -----

1. A Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, designada por Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que regula o vínculo de trabalho em funções públicas; -----

Deste modo, qualquer órgão ou serviço que pretenda satisfazer as suas necessidades de pessoal, deverá seguir um conjunto de procedimentos, de modo a garantir a observância do legalmente disposto em matéria de recrutamento, inserta na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, nomeadamente no seu artigo 30.º e que dispõe o seguinte: -----

Artigo 30.º

Preenchimento dos postos de trabalho

1 — O órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, nos termos do presente artigo.-----

2 — O recrutamento deve ser feito por tempo indeterminado ou a termo, consoante a natureza permanente ou transitória da atividade, tal como consta do mapa de pessoal.-----

3 — O recrutamento é feito por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado.-----

4 — Em caso de impossibilidade de ocupação de postos de trabalho nos termos do número anterior, o órgão ou serviço, precedendo parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, pode recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal.-----

5 — Em casos excecionais, devidamente fundamentados, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública podem autorizar a realização de um procedimento concursal a que possam concorrer os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público fora do caso previsto no número anterior.-----

6 — O recrutamento de trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público pode ainda ocorrer noutras situações especialmente previstas na lei, em razão de aptidão científica, técnica ou artística, devidamente fundamentada, precedido do parecer referido no número anterior.-----

7 — O parecer referido nos números anteriores é expressamente mencionado no procedimento de recrutamento.-----

8 — O preenchimento dos postos de trabalho pode ainda ocorrer por consolidação de mobilidade ou de cedência de interesse público, nos termos previstos na presente lei.-----

Os fundamentos para a celebração dos contratos a termo resolutivo, encontram-se no art. 57º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e que passo a citar, o que de relevante haja, para apreciação do caso em concreto:-----

3
[Handwritten signature]

1- Só pode ser aposto termo resolutivo certo ao contrato de trabalho em funções públicas nas seguintes situações, fundamentadamente justificadas: -----

e) Para assegurar necessidades urgentes de funcionamento das entidades empregadoras; -----

h) Para fazer face ao aumento excecional e temporário da atividade do órgão ou serviço; -----

O mapa de pessoal aprovado para o ano de 2017, prevê os lugares e as respetivas cabimentações para o mês de dezembro/2017, (data em que se prevê a conclusão dos presentes procedimentos), conforme se verifica através das fichas de cabimento n.ºs 23097, 22720 e 22721, respetivamente, quanto à remuneração base, subsídio de refeição e subsídio de Natal. -----

Atendendo, à fase que atravessamos, não se vislumbra que surjam trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado que pretendam candidatar-se aos presentes procedimentos concursais; -----

Por uma questão de parcimónia de custos e procedimentos, deverá o âmbito de recrutamento dos procedimentos, permitir que trabalhadores que sejam detentores de vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, possam candidatar-se para que não corramos o risco de o procedimento ficar deserto. -----

Assim, de forma a não se limitar o acesso e não se correr o risco do procedimento ficar deserto, deverá a proposta de abertura de procedimentos concursais permitir a receção de candidaturas de: -----

d) Candidatos aprovados com vínculo de emprego público por tempo indeterminado;

e) Candidatos aprovados com vínculo de emprego público a termo; -----

f) E, candidatos que não possuam qualquer das modalidades referidas, isto é, sem qualquer vínculo à administração. -----

De realçar, que no caso de se registar candidatos que possuam vínculo de emprego público por tempo indeterminado ou a termo e sem vínculo de emprego público, aquando da elaboração da lista de ordenação final do procedimento, proceder-se-á em conformidade com as normas de prioridade no recrutamento determinadas nos números 3 e 4 do artigo 30.º da Geral Trabalho em Funções Públicas. -----

O facto de se constatar que as atividades têm natureza temporária, conclui-se que estão reunidas as condições para se determinar que a relação jurídica a definir na presente proposta de abertura de procedimentos concursais, deverá ser por tempo determinado. -----

2. O Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que procede à adaptação, naquela data, da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e atualmente, por força do disposto no artigo 42.º da Lei preambular da Lei n.º 35/2014, "todas as referências feitas aos diploma ora revogados entendem-se feitas para as correspondentes normas da presente lei"; -----

O Decreto-Lei n.º 209/2009, determina que todas as referências feitas ao membro do governo ou ao dirigente máximo do serviço, consideram-se feitas nos municípios, ao Presidente da Câmara. -----

No que respeita gestão à de recursos humanos em função dos mapas de pessoal, sendo insuficiente o número de trabalhadores em funções, pode o serviço promover os recrutamentos necessários, contudo precedido de aprovação do órgão executivo, em que o sentido e data da deliberação são expressamente mencionadas no procedimento. -----

3. A Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, regulamenta a tramitação do procedimento concursal, nos termos do n.º 2 do artigo 37.º da LGTFP; -----

O art. 3º, da Portaria, na sua redação atual, determina as modalidades que pode revestir o procedimento concursal: -----

a) *Comum, sempre que se destine ao imediato recrutamento para ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal dos órgãos ou serviços;* -----

b) *Para constituição de reservas de recrutamento, sempre que se destine à constituição de reservas de pessoal para satisfação de necessidades futuras da entidade empregadora pública ou de um conjunto de entidades empregadoras públicas.* -----

Consequentemente, deverá ser a modalidade de procedimento concursal comum, uma vez que o recrutamento é para fazer face a necessidades imediatas; -----

Nestes termos conclui-se, -----

1. As autarquias não têm de consultar a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação previsto no art. 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro e regulamentado pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, conforme consta no ofício circular da ANMP n.º 92/2014-PB de 24/07/2014; -----

2. Atendendo que no mapa de pessoal aprovado para o ano 2017, encontram-se previstos os postos de trabalho postos a concurso; -----

3. Atendendo que se encontram reunidos os pressupostos necessários ao recrutamento, no âmbito da lei Geral do trabalho em Funções Públicas; -----

Sou a propor, em caso de concordância: -----

- por força das competências que são cometidas ao Presidente do Órgão Executivo do Município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo Órgão, deve a presente informação ser remetida à reunião extraordinária da câmara municipal que terá lugar no próximo 29 de maio de 2017, para que nela possa ser deliberado a aprovação do seguinte: -----

- abertura de dois procedimentos concursais para o recrutamento de: -----

Ref A) 1 assistente técnico – turismo; -----

Ref B) 1 assistente técnico – arquivo; -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta apresentada aprovando a abertura dos procedimentos concursais. -----

O deputado Carlos Almeida questionou a opção pelo termo resolutivo.

O Presidente da Câmara respondeu que optou pelo termo resolutivo certo porque são dois serviços novos.

A Assembleia tomou conhecimento. -----

7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO SOCIAL AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CUBA. -----

Foi presente à Assembleia uma certidão de deliberação da Câmara Municipal que é do seguinte teor: -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 40/2017, do Serviço de Ação Social e Saúde, que acompanha o Regulamento de Atribuição de Apoio Social aos Bombeiros Voluntários de Cuba cujos teores se transcrevem: -----

“Na sequência da deliberação de Câmara datada de 12/04/2017, é apresentado o regulamento de atribuição de Apoio Social aos Bombeiros Voluntários de Cuba para apreciação e votação, verificando-se que até à presente data não foi apresentada qualquer informação ou reclamação em cumprimento do disposto do art. 99 do Código do Procedimento Administrativo (CPA). -----

O importante e insubstituível papel desempenhado pelos Bombeiros no auxílio e socorro às populações em caso de incêndio, de acidentes, catástrofes ou calamidades, tem merecidamente recebido um reconhecimento público pela sociedade, actualmente mais consciente sobre as duríssimas condições de trabalho com que estes homens e mulheres se deparam diariamente no terreno, zelando pelo bem-estar das populações que servem com dedicação, empenho e elevado espírito de sacrifício pessoal e familiar. Assim, é imprescindível elevar estes homens e mulheres que se dedicam a esta causa com tão nobre sentido de responsabilidade, abnegação, altruísmo e solidariedade sejam lembrados, acarinhados e compensados pelo seu esforço e dedicação em prol dos outros. -----

Torna-se por isso fundamental o estabelecimento, por via regulamentar, da concessão a atribuir dos direitos e regalias, bem como as obrigações e regras a serem observadas pelos Bombeiros no exercício das funções que lhe foram confiadas. -----

REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE DIREITOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS AOS BOMBEIROS DO CONCELHO DE CUBA

PREÂMBULO

O sempre importante e insubstituível papel desempenhado pelos Bombeiros no auxílio e socorro às populações em caso de incêndio, de acidentes, catástrofes ou calamidades, tem merecidamente recebido um reconhecimento público pela sociedade. Actualmente mais informada sobre as duríssimas condições de trabalho com que estes homens e mulheres se

deparam diariamente no terreno, zelando pelo bem-estar das populações que servem com dedicação, empenhamento e elevado espírito de sacrifício pessoal e familiar. -----
Assim, é imprescindível elevar estes homens e mulheres que se dedicam a esta causa com elevado sentido de responsabilidade, abnegação, altruísmo e solidariedade, sejam lembrados, acarinhados e compensados pelo seu esforço e dedicação em prol dos outros. -----
Conscientes da importância da atividade desenvolvida pelos Bombeiros e que a adesão a esta tão nobre causa revela coragem, disponibilidade em serviço ao próximo sem esperar o que quer que seja em troca, merece ser reconhecida, e enaltecida. Como todos sabemos, esta atividade representa riscos e, por isso, é um imperativo de justiça, reconhecer e incentivar os Bombeiros, bem como as suas famílias, de modo a que a causa “vida por vida”, possa continuar e obter o reconhecimento político que merece. -----
Torna-se por isso fundamental o estabelecimento, por via regulamentar, da concessão a atribuir, dos direitos e regalias, bem como as obrigações e regras a serem observadas pelos Bombeiros no exercício das funções que lhe foram confiadas. -----
Atualmente no concelho de Cuba existe apenas uma corporação de Bombeiros (a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Cuba), que ao longo de mais de meio século de existência, e de inúmeras gerações que por lá passaram, seja nos órgãos sociais, seja no respetivo corpo ativo, tem prestado um serviço de excelência e de proximidade às populações do município de Cuba, que merece todo o reconhecimento. -----
Nesta conformidade, fazendo uso das competências vertidas no artigo 241 e no nº 7 do artigo 112, ambos da Constituição da República Portuguesa, na alínea k) e o) do nº 7 do artigo nº 33 da lei nº 75/2013, de 12/09, na sua redação atual e no nº 1 do artigo 98 do código do procedimento administrativo, aprovado pelo decreto de lei nº 4/2015 de 7/01, submete-se ao Órgão Executivo o presente projeto de regulamento para que delibere a abertura do respetivo procedimento de elaboração. -----

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento tem por objeto estipular os direitos e benefícios sociais a conceder pelo Município de Cuba aos Bombeiros das corporações existentes no concelho. -----
Regulamento de Concessão de Direitos e Benefícios Sociais aos Bombeiros do Concelho de Cuba. -----

Artigo 2.º

Definição

Para efeitos do presente regulamento, consideram-se Bombeiros os indivíduos que, efetuem trabalho, voluntário ou não, integrados num corpo de Bombeiros, e tenham por atividade cumprir as missões deste, nomeadamente a proteção de vidas humanas e bens em perigo, mediante a prevenção e extinção de incêndios, o socorro de feridos, doentes, e a prestação

13
X 20

de outros serviços previstos nos regulamentos internos e demais legislação aplicável, inseridos em quadros de pessoal, homologados pela Autoridade Nacional de Proteção Civil. --

Artigo 3.º

Âmbito

O presente regulamento aplica-se a todos os Bombeiros pertencentes ao corpo de Bombeiros existente no Concelho e que preencham cumulativamente os seguintes requisitos: -----

- a) Possuam a categoria igual ou superior a estagiário; -----
- b) Constem do quadro homologado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil; -----
- c) Tenham mais de dois anos de bons e efetivos serviços; -----
- d) Estejam na situação de atividade no quadro, de inatividade em consequência de acidente ocorrido no exercício das suas missões enquanto Bombeiro ou de doença grave contraída ou agravada em serviço; -----
- e) Não se encontrem suspensos ou impedidos por ação disciplinar. -----

CAPÍTULO II

Dos deveres, direitos e benefícios sociais

Artigo 4.º

Deveres

Os beneficiários do presente Regulamento, para além da sujeição aos deveres gerais prescritos legalmente no regime jurídico aplicável aos Bombeiros portugueses no território nacional, estão sujeitos aos seguintes deveres específicos: -----

- a) Na relação com a câmara municipal, usar de todo o rigor na informação prestada ao abrigo do presente Regulamento; -----
- b) Comunicar imediatamente ao Gabinete de Apoio de Ação Social da câmara municipal a cessação do exercício da função pela qual lhe foi atribuído o estatuto previsto no presente Regulamento, sob pena de a câmara municipal retroativamente poder exigir a reposição de verbas de que beneficiou indevidamente ao abrigo do presente Regulamento, incluindo a cobrança de juros de mora à taxa legal; -----
- c) Dignificar o exercício da função segundo a qual lhe foi atribuído o estatuto previsto no presente Regulamento, prestigiando a Associação que serve e a importante função social desempenhada, e bem assim o presente Regulamento. -----
- d) Não fazer uma utilização indevida ou imprudente do cartão de identificação específico e do estatuto conferido ao abrigo do presente Regulamento. -----

Artigo 5.º

Direitos e benefícios sociais

1. Os Bombeiros gozam dos seguintes direitos e benefícios sociais: -----

- a) Seguro de acidentes pessoal, nos termos legalmente prescritos; -----
- b) Preferência na atribuição de habitação social promovida pela Câmara Municipal quando em igualdade de pontuação obtida na lista de classificação final, após esgotados todos os critérios de desempate previstos no artigo 20.º do Regulamento específico; -----

- c) Apoio jurídico em processos ou assuntos que lhe digam diretamente respeito, no âmbito e nos termos estabelecidos para o serviço municipal do Gabinete de Consulta Jurídica e de Apoio Jurídico criados, independentemente da situação de insuficiência económica, exceto nos casos em que a contraparte seja o município, alguma freguesia do município, ou a própria corporação de Bombeiros; -----
- d) Acesso às iniciativas e infraestruturas de carácter desportivo e cultural, em termos e condições idênticas às dos beneficiários do cartão jovem municipal; -----
- e) Beneficiar de isenção do pagamento de taxas inerentes ao licenciamento ou comunicação prévia referentes a operações urbanísticas de construção, ampliação ou modificação para habitação própria e permanente, com declaração de compromisso de permanência na mesma pelo período mínimo de 5 anos; -----
- f) Beneficiar do tarifário social mais favorável em vigor, aplicável aos consumidores domésticos, relativo ao consumo de água e saneamento, e desde que o respetivo contrato de fornecimento esteja em seu nome e diga respeito à sua habitação própria e permanente; -----
- g) Beneficiar da isenção de pagamento da tarifa de recolha de lixo sólido urbano, nas mesmas condições previstas na parte final da alínea anterior; -----
- h) Beneficiar da atribuição aos seus filhos, adotados ou enteados que façam parte do respetivo agregado familiar, com idades inferiores a 25 anos, em caso de falecimento em serviço ou inatividade por fato de doença grave ou acidente verificados no desempenho das funções de Bombeiro, de até três bolsas de estudo por ano letivo, no valor de 50,00 €/mês, cada, a efetivar pela Câmara Municipal e desde que aqueles obtenham aproveitamento escolar no ano letivo anterior, mediante candidatura específica, exceto se forem beneficiários de outras bolsas de estudo atribuídas pelo município, caso em que o limite das bolsas previstas nesta alínea é reduzido para metade, majorando-se com as outras bolsas atribuídas;
- i) Atribuição de cartão de identificação específico em modelo a emitir e fornecer pelos serviços da Câmara Municipal de Cuba, após a verificação do despacho previsto no número 2 do artigo seguinte. -----

2. Os direitos e benefícios sociais do presente Regulamento não são acumuláveis com outras medidas de apoio social promovidas pelo município e ainda outras reduções de preços, taxas ou tarifas, nomeadamente saldos, promoções, liquidação ou outras vendas previstas na lei, excetuando-se a alínea h) do número anterior. -----

Artigo 6.º

Candidatura

1. O pedido para concessão de benefícios constantes do presente Regulamento é efetuado através do preenchimento de formulário próprio a entregar na Câmara Municipal de Cuba. ---
- a) Declaração assinada pela Direção e Comando da Associação de Bombeiros onde conste toda a informação necessária sobre os requisitos constantes das alíneas a) a e) do artigo 3.º deste Regulamento, consoante a situação; -----
- b) Prova de habitação própria e permanente (cópia de certidão predial ou inscrição matricial atualizada, ou contrato de arrendamento válido e em vigor); -----

c) Apresentação do Bilhete de Identidade e Número de Identificação Fiscal, ou do Cartão de Cidadão do próprio e dos respetivos descendentes, adotados ou enteados que consigo residam. -----

2. A atribuição dos benefícios constantes do presente Regulamento é efetuada mediante despacho do Presidente da Câmara Municipal, ou Vereador com poderes delegados em matéria de proteção civil, após parecer do Gabinete de Ação Social, que verificará o preenchimento dos requisitos. -----

3. O beneficiário, para poder exercer os seus direitos previstos no presente artigo deverá fazer-se acompanhar sempre do cartão de identificação previsto no presente Regulamento, e para os direitos que se transmitem para os seus descendentes, adotados ou enteados que façam parte do seu agregado familiar, do respetivo Cartão do Cidadão ou Bilhete de Identidade. -----

Artigo 7.º

Da cessação dos benefícios

1. Os benefícios e direitos atribuídos ao abrigo do presente Regulamento cessam, nomeadamente, verificando-se alguma das seguintes situações: -----
Regulamento de Concessão de Direitos e Benefícios Sociais aos Bombeiros do Concelho de Cuba -----

a) Por morte, exceto nos direitos que se transmitem a descendentes, adotados ou enteados que façam parte integrante do respetivo agregado familiar, nos termos do presente Regulamento;

b) Com a cessação das funções enquanto Bombeiro, exceto em caso de doença grave ou inatividade por acidente decorrente da função; -----

c) Caso o beneficiário preste falsas declarações junto da Câmara Municipal ou outra entidade da Administração Pública; -----

d) Caso o beneficiário faça um uso imprudente e indevido do cartão de identificação específico ou dos benefícios a ele associados; -----

e) Caso no decurso do exercício das suas funções venha a ser acusado pela prática de algum ilícito penal, financeiro, fiscal, ou contra a segurança social, a título de dolo ou negligência, por factos praticados no exercício da função de Bombeiro. -----

f) Verificando-se alguma circunstância ponderosa e que ponha em causa irreversivelmente a credibilidade ou idoneidade do beneficiário, ouvida a Direção e o Comando dos Bombeiros em causa. -----

2. Verificando-se alguma das causas previstas no número anterior, a cessação de benefícios concedidos ao abrigo do presente Regulamento opera após despacho do Presidente da Câmara ou Vereador com poderes delegados para o efeito, com prévia audição do interessado e após parecer do Gabinete de Ação Social. -----

CAPÍTULO III

Disposições finais

Artigo 8.º

Atualização de dados

↓
3
201

Anualmente, a Associação de Bombeiros sediada no concelho de Cuba, ou outras que se venham a instalar, a solicitação da Câmara Municipal de Cuba, fornecerão uma lista atualizada conforme a identificação dos potenciais beneficiários das vantagens previstas no presente Regulamento. -----

Artigo 9.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no décimo dia após a sua publicação em Diário da República. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o Regulamento de atribuição de Apoio Social aos Bombeiros Voluntários de Cuba acrescentando uma alínea g) no art.º 7.º com o seguinte teor: “g) O não cumprimento fundamentado das suas obrigações para como Município, o que ficará dependente de deliberação expressa por parte do órgão executivo.” e remeter o documento para aprovação por parte do órgão deliberativo. -----

O deputado Carlos Almeida disse que não está contra o regulamento mas sim contra a sua apresentação a três meses das eleições. Soa a tentativa de tirar dividendos políticos.

O deputado José Cabrita enalteceu a medida e discorda da posição do deputado Carlos Almeida. Recordou os inúmeros apoios que a associação humanitária dos bombeiros tem recebido da autarquia.

O deputado Francisco Orelha partilha da mesma opinião do deputado Carlos Almeida relativamente ao momento em que o documento é apresentado. Criticou a forma como a associação está a ser dirigida. Lamentou o facto de terem saído da associação 14 ou 15 bombeiros experientes por atrasos nos pagamentos e responsabilizou o deputado Cabrita enquanto tesoureiro da AHBV.

O Presidente da Câmara explicou que o assunto já vem de trás, desde o início do ano mas trata-se de um regulamento que até à sua aprovação se vai arrastando no tempo .

O deputado José Cabrita disse que não saíram da associação 14 bombeiros e lamenta que estas notícias falsas venham a público podendo causar alarme desnecessário em termos de recursos humanos.

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação e, por unanimidade, foi aprovado o regulamento nos termos em que havia sido apresentado pela Câmara Municipal. -----

8. PROJETOS DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA DO CONCELHO DE CUBA, AO REGULAMENTO MUNICIPAL DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO CONCELHO DE CUBA E AO REGULAMENTO MUNICIPAL DO SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO CONCELHO DE CUBA. -----

Foi presente à Assembleia uma certidão de deliberação da Câmara Municipal que é do seguinte teor: -----

13
JAC

Na sequência da deliberação tomada pelo órgão executivo, em sua reunião ordinária de 01/02/2017, procedeu-se à elaboração dos projetos de alterações ao Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento Público de Água do Concelho de Cuba, ao Regulamento Municipal do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Concelho de Cuba e ao Regulamento Municipal do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho de Cuba, os quais foram submetidos a consulta pública, pelo período de 30 dias nos termos exarados no nº 1 do artº. 101º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro, conjugado com o nº 3 do artº. 62º do Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de Agosto, na sua redação atual. -----

Findo o prazo de consulta pública, verificou-se que não foram apresentadas quaisquer pronúncias, tendo apenas sido rececionado o parecer da ERSAR, que a seguir se transcreve: -----

Nesta conformidade, deve V. Exª, Sr. Presidente, considerar a reformulação das alterações aos regulamentos em referência de forma a conformá-los com as recomendações da ERSAR, conforme documento que se anexa. -----

A Câmara, por unanimidade, no uso da competência prevista na alínea k) do nº 1 do artº. 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar as alterações ao Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento Público de Água do Concelho de Cuba, ao Regulamento Municipal do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Concelho de Cuba e ao Regulamento Municipal do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho de Cuba e submeter as mesmas à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da competência prevista na alínea g) do nº 1 do artº. 25º da lei enunciada (Compete à Assembleia Municipal Aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município). -----

Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento Público de Água do Concelho de Cuba

VERSÃO EM VIGOR

"Artigo 69.º

Tarifários especiais

1. Os utilizadores podem beneficiar da aplicação de tarifários especiais nas seguintes situações: -----

a) Utilizadores domésticos: -----

i) Tarifário social, aplicável aos utilizadores finais cujo agregado familiar possua rendimento bruto em conformidade com as regras definidas no regulamento municipal de Apoios Sociais; -----

b) Utilizadores não domésticos — aplicável a instituições particulares de solidariedade social, organizações não governamentais sem fim lucrativo ou outras entidades de reconhecida utilidade pública cuja ação social o justifique, legalmente constituídas. -----

2. O tarifário social para utilizadores domésticos consiste: -----

a) Na isenção ou redução das tarifas fixas, em conformidade com o regulamento de apoios sociais; ---

b) Na aplicação ao consumo total do utilizador da tarifa variável do segundo escalão, até ao limite mensal de 15 m³, em conformidade com o regulamento de apoios sociais; -----

3. O tarifário social para utilizadores não domésticos consiste na aplicação de apenas dois escalões, situados no parâmetro até 25 metros cúbicos e superiores a essa quantidade, cujo valor é fixado pela Câmara Municipal e consta na tabela de preços". -----

VERSÃO PROPOSTA DE ALTERAÇÃO SUJEITA A PARECER DA ERSAR

"Artigo 69º Tarifários Especiais -----

1. (...). -----

2. O tarifário social para utilizadores domésticos consiste: -----

a) Na isenção das tarifas fixas; -----

b) Na aplicação ao consumo total do utilizador da tarifa variável do primeiro escalão, até ao limitemensal de 15 m³, em conformidade com o regulamento de apoios sociais.

3. O tarifário social para utilizadores não domésticos consiste na aplicação de apenas dois escalões, situados no parâmetro até 50 metros cúbicos e superiores a essa quantidade, cujo valor é fixado pela Câmara Municipal e consta na tabela de preços". -----

VERSÃO FINAL PROPOSTA DE ACORDO COM AS RECOMENDAÇÕES DA ERSAR

Artigo 69.º

Tarifários sociais

1. A entidade gestora disponibiliza tarifários sociais aplicáveis a: -----

a) Utilizadores domésticos que se encontrem numa situação de carência económica comprovada pelo sistema da segurança social; -----

b) Utilizadores não-domésticos que sejam pessoas coletivas de declarada utilidade pública. -----

2. Considera-se situação de carência económica o benefício de, pelo menos, uma das seguintes prestações sociais: -----

a) Complemento Solidário para Idosos; -----

b) Rendimento Social de Inserção; -----

c) Subsídio Social de Desemprego; -----

d) 1.º Escalão do Abono de Família; -----

e) Pensão Social de Invalidez. -----

3. O tarifário social para utilizadores domésticos consiste na isenção das tarifas de disponibilidade. -----

4. O tarifário social para utilizadores não-domésticos previstos na alínea b) do n.º 1 consiste na aplicação da tarifa de disponibilidade e da tarifa variável aplicáveis a utilizadores domésticos. -----

5. O impacto financeiro decorrente da aplicação dos tarifários sociais é preferencialmente assumido pela entidade titular, através de um subsídio correspondente à diferença entre o valor da faturação que resultaria da aplicação do tarifário base e o resultante da aplicação do tarifário social. -----

Regulamento municipal do serviço de gestão de resíduos urbanos do concelho de Cuba

VERSÃO EM VIGOR

"Artigo 44.º

Tarifários especiais

1 — Os utilizadores podem beneficiar da aplicação de tarifários especiais nas seguintes situações: ----

a) Utilizadores domésticos: -----

i) Tarifário social, aplicável aos utilizadores finais cujo agregado familiar possua rendimento bruto englobável determinado em função das normas insertas no regulamento municipal de apoios sociais;

b) Utilizadores não domésticos — aplicável a instituições particulares de solidariedade social, organizações não governamentais sem fim lucrativo ou outras entidades de reconhecida utilidade pública cuja ação social o justifique, legalmente constituídas. -----

2 — O tarifário social para utilizadores domésticos consiste na redução das tarifas fixas".

VERSÃO PROPOSTA DE ALTERAÇÃO SUJEITA A PARECER DA ERSAR

"Artigo 44.º Tarifários Especiais -----

1. (....). -----
2. *O tarifário social para utilizadores domésticos consiste na isenção das tarifas fixas de disponibilidade". -----*

VERSÃO FINAL PROPOSTA DE ACORDO COM AS RECOMENDAÇÕES DA ERSAR

Artigo 44.º

Tarifários sociais

1. As entidades gestoras disponibilizam tarifários sociais aplicáveis a: -----
 - a) Utilizadores domésticos que se encontrem numa situação de carência económica comprovada pelo sistema da segurança social; -----
 - b) Utilizadores não-domésticos que sejam pessoas coletivas de declarada utilidade pública. -----
 2. Considera -se situação de carência económica o benefício de, pelo menos, uma das seguintes prestações sociais: -----
 - a) Complemento Solidário para Idosos; -----
 - b) Rendimento Social de Inserção; -----
 - c) Subsídio Social de Desemprego; -----
 - d) 1.º Escalão do Abono de Família; -----
 - e) Pensão Social de Invalidez. -----
 3. O tarifário social para utilizadores domésticos consiste na isenção das tarifas de disponibilidade. ----
 4. O tarifário social para utilizadores não-domésticos previstos na alínea b) do n.º 1 consiste na aplicação da tarifa de disponibilidade e da tarifa variável aplicáveis a utilizadores domésticos. -----
 5. O impacto financeiro decorrente da aplicação dos tarifários sociais é preferencialmente assumido pela entidade titular, através de um subsídio correspondente à diferença entre o valor da faturação que resultaria da aplicação do tarifário base e o resultante da aplicação do tarifário social. -----
- Regulamento municipal do serviço de saneamento de águas residuais urbanas do concelho de Cuba**

VERSÃO EM VIGOR

"Artigo 62.º

Tarifários especiais

1. *Os utilizadores podem beneficiar da aplicação de tarifários especiais nas seguintes situações: -----*
 - a) *Utilizadores domésticos: -----*
 - i) *Tarifário social, aplicável aos utilizadores cujo agregado familiar possua rendimento bruto englobável em conformidade com as regras definidas no regulamento municipal de apoios sociais; ----*
 - b) *Utilizadores não domésticos: -----*
 - i) *Tarifário social, aplicável a instituições particulares de solidariedade social, organizações não governamentais sem fim lucrativo ou outras entidades de reconhecida utilidade pública cuja ação social o justifique, legalmente constituídas. -----*
2. *O tarifário social para utilizadores domésticos consiste: -----*
 - a) *Na redução em 50 % das tarifas fixas aplicáveis aos utilizadores finais domésticos; -----*
 - b) *Na redução em 50 % até ao limite mensal de 15 m3 das tarifas variáveis de saneamento aplicáveis aos utilizadores finais domésticos, nos termos do regulamento de ação social do município. -----*
3. *O tarifário especial para utilizadores não domésticos consiste na redução das tarifas fixas e no escalonamento da tarifa variável, salvaguardando consumos inferiores a 50 m3". -----*

3

[assinatura]

VERSÃO PROPOSTA DE ALTERAÇÃO SUJEITA A PARECER DA ERSAR

"Artigo 62º Tarifários Especiais. -----

1 - (...). -----

2. O tarifário social para utilizadores domésticos consiste: -----

a) Na isenção das tarifas fixas; -----

b) Na aplicação ao consumo total do utilizador da tarifa variável do primeiro escalão, até ao limite de 15 m³. -----

3. O tarifário especial para utilizadores não domésticos consiste no escalonamento da tarifa variável, salvaguardando consumos inferiores a 50 m³". -----

VERSÃO PROPOSTA FINAL INCLUINDO RECOMENDAÇÕES DA ERSAR

Artigo 62.º

Tarifários sociais

1. As entidades gestoras disponibilizam tarifários sociais aplicáveis a: -----

a) Utilizadores domésticos que se encontrem numa situação de carência económica comprovada pelo sistema da segurança social; -----

b) Utilizadores não-domésticos que sejam pessoas coletivas de declarada utilidade pública. -----

2. Considera -se situação de carência económica o benefício de, pelo menos, uma das seguintes prestações sociais: -----

a) Complemento Solidário para Idosos; -----

b) Rendimento Social de Inserção; -----

c) Subsídio Social de Desemprego; -----

d) 1.º Escalão do Abono de Família; -----

e) Pensão Social de Invalidez. -----

3. O tarifário social para utilizadores domésticos consiste na isenção das tarifas de disponibilidade. -----

4. O tarifário social para utilizadores não-domésticos previstos na alínea b) do n.º 1 consiste na aplicação da tarifa de disponibilidade e da tarifa variável aplicáveis a utilizadores domésticos. -----

5. O impacto financeiro decorrente da aplicação dos tarifários sociais é preferencialmente assumido pela entidade titular, através de um subsídio correspondente à diferença entre o valor da faturação que resultaria da aplicação do tarifário base e o resultante da aplicação do tarifário social. -----

Não se registaram intervenções nem pedidos de esclarecimento. O Presidente da Mesa propôs a votação e, por unanimidade, foi aprovado o documento nos termos em que havia sido apresentado pela Câmara Municipal. -----

9. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE RESTRIÇÃO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS. -----

Foi presente à Assembleia uma certidão de deliberação da Câmara Municipal que é do seguinte teor: -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 52/2017, do SAJAI, cujo teor se transcreve: -----

3
8/4

Na sequência da deliberação tomada pelo órgão executivo, em sua reunião ordinária de 28/09/2016, procedeu-se à elaboração do projeto de Regulamento Municipal de Restrição dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas, o qual foi submetido a consulta pública, pelo período de 30 dias a contar da sua publicação no Boletim Municipal, conforme determina o artº. 101º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro. -----

De igual modo, foi o referido projeto de regulamento, em cumprimento do disposto no artº. 3º do Decreto-Lei nº 48/96, de 15 de maio, na sua redação atual, submetido a pronúncia dos sindicatos, das forças de segurança, das associações de empregadores, das associações de consumidores e da junta de freguesia, designadamente o SITESE – Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços, o STHTRSSul – Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul – Delegação de Beja, O Comandante do Posto Territorial de Cuba da GNR, a Associação do Comércio, Serviços e Turismo do Distrito de Beja, o NERBE/AEBAL – Associação empresarial do baixo Alentejo e Litoral, a APHORT – Associação Portuguesa de Hotelaria, Restauração e Turismo, a Associação de Consumidores de Portugal, a DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor – Delegação Regional de Évora, e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cuba. -----

Findos os prazos de consulta pública e de pronúncia das entidades acima enunciadas, verificou-se terem sido apresentadas 4 pronúncias, as quais constam da n/ Informação Jurídica nº 048/17, que se junta. -----

Analisadas as exposições apresentadas pelo Sr. José Joaquim Carochinho Cabaça, pela Srª Inácia Francisca Orelha Soudo, pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Hoteleira, Turismo, restaurantes e Similares do Sul e do Sr. Comandante do Posto Territorial de Cuba da Guarda Nacional Republicana, em reunião conjunta dos membros do executivo em regime de permanência e dos técnicos envolvidos na elaboração do projeto de regulamento, as quais foram devidamente ponderadas, considerou-se ser de manter o texto do projeto inalterado.

Nesta conformidade, deve V. Exª, Sr. Presidente, no âmbito da competência plasmada na alínea o) do nº 1 do artº. 35º (compete ao presidente da Câmara estabelecer e distribuir a ordem do dia das reuniões) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente projeto de regulamento à Câmara Municipal, para que esta exerça a competência prevista na alínea k) do nº 1 do artº. 33º da citada lei (Compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal os projetos de regulamentos externos do município) e o submeta à aprovação da Assembleia Municipal (vide competência prevista na alínea g) do nº 1 do artº. 25º da lei enunciada – Compete à Assembleia Municipal Aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município). -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o projeto de regulamento e remeter o documento para aprovação na Assembleia Municipal. -----

O deputado Carlos Almeida é de opinião que as esplanadas deveriam poder funcionar ao fim de semana para lá da meia noite.

O Presidente da Câmara informou que este ponto já tinha vindo à Assembleia, já esteve em discussão pública e hoje é mesmo para aprovação final. Nessa altura é que se deveriam ter apresentado propostas.

O deputado José Cabrita pediu para o Presidente da Câmara fazer uma pequena explicação do documento.

O Presidente da Câmara disse que tem havido denúncias de alguns munícipes sobre o ruído em estabelecimentos que funcionam até bastante tarde e entidades como a Procuradoria Geral da República já vieram questionar a Câmara sobre as medidas que a autarquia tem vindo a tomar sobre o assunto de forma a salvaguardar o direito ao descanso dos cidadãos.

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação e, por maioria, com 6 (seis) abstenções, foi aprovado o Regulamento nos termos em que havia sido apresentado pela Câmara Municipal. -----

10. ESCOLHA DE PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, NA ÁREA DOS SEGUROS.

Foi presente à Assembleia uma certidão de deliberação da Câmara Municipal que é do seguinte teor: -----

Foi presente à Câmara a seguinte proposta de procedimento: -----

"João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara Municipal de Cuba, no uso da competência a que se refere a alínea a) do nº 1 do artº. 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do disposto na alínea f) do nº 1 do artº. 14º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, e em cumprimento do nº 1 do artº. 36º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado CCP), determina que se dê início a procedimento de contratação para aquisição de serviços na área de seguros. -----

Objecto do procedimento -----

Pretende-se a aquisição de serviços na área de seguros nas condições discriminadas no caderno de encargos anexo. -----

Fundamentação sobre a escolha do procedimento: -----

Não obstante o valor do contrato a celebrar, nos termos do artº. 17º do CCP, não ultrapassar os € 50.000,00 (cinquenta mil euros), determina-se a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b) do nº 1 do artº. 20º do CCP. -----

Peças do procedimento . -----

O presente procedimento é, ao abrigo da alínea b) do nº 1 do artº. 40º do CCP, constituído pelas seguintes peças, que se anexam, e que desde já são aprovadas: -----

a) Programa do procedimento; -----

b) Caderno de encargos, elaborado nos termos do nº 2 do artº. 42º do CCP. -----

Cumprimento do disposto no artº 49º do Orçamento de Estado de 2017. -----

Estatui o nº 1 do artº. 49º do OE/2017 que "*Os encargos globais com contratos de aquisição de serviços, com exceção dos contratos cofinanciados, não podem ultrapassar os encargos globais pagos em 2016*". E o seu nº 2 determina que "*Os valores pagos por contratos de aq-*

sição de serviços que, em 2017, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto ou contraparte de contrato vigente em 2016, não podem ultrapassar: -----

a) Os valores pagos em 2016, considerando o valor total agregado dos contratos, sempre que a mesma contraparte preste mais do que um serviço ao mesmo adquirente; ou -----

b) O preço unitário, caso o mesmo seja aritmeticamente determinável ou tenha servido de base ao cálculo dos valores pagos em 2016". -----

Verifica-se que, no ano de 2016 se encontrava vigente um contrato de prestação de serviços na área dos seguros, cujo objeto não era idêntico ao que ora se pretende contratar, designadamente por se pretender contratar um novo seguro - de responsabilidade civil ambiental -, bem como por os restantes visarem um maior número de pessoas, de edifícios, de veículos automóveis e de equipamentos públicos e terem coberturas mais amplas, nem, eventualmente, poder ter a mesma contraparte. -----

Trata-se, assim, de um contrato com diferente objeto (e contraparte, regulando aqui o princípio de concorrência), razão pela qual, em cumprimento do disposto no nº 5 conjugado com o nº 12, ambos do artº. 49º do OE/2017, autorizo a sua contratação. -----

Consequentemente, determino que se proceda à abertura do presente procedimento, cujo valor (€ 50.000,00) conta para os efeitos determinados no nº 1 do artº. 49º do OE/2017. -----

Assunção de encargos plurianuais. -----

Atendendo ao facto de o contrato que se pretende celebrar ter um período de execução de 1 ano, o qual abarcará dois anos económicos distintos (2016 e 2017), deve a Assembleia Municipal de Cuba, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº 1 do artº. 6º da Lei nº 8/2012, de 21/02, autorizar a assunção dos encargos plurianuais decorrentes desta prestação de serviços. -----

Júri do procedimento: -----

Ao abrigo do disposto no nº 1 do artº. 67º do C.C.P., determino que o Júri do presente procedimento seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara; -----

Vogais efetivos: Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da DGM; -----

Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior; -----

Vogais suplentes: Ana Paula Nascimento Vilela Duarte, Técnica Superior; -----

Cármén das Dores da Silva Arrojado Estrela, Técnica Superior. -----

O Presidente do Júri, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pela vogal Vitor Manuel Parreira Fialho. -----

Remeta-se o presente procedimento para que o órgão executivo delibere, no âmbito da competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do nº 1 do artº. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, apresentá-lo à Assembleia Municipal para autorização do compromisso plurianual dele resultante, nos termos atrás enunciados. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou remeter o documento ao Órgão Deliberativo visando a obtenção de autorização para assunção de encargos plurianuais decorrentes desta prestação de serviços. -----

Não se registaram intervenções nem pedidos de esclarecimento. O Presidente da Mesa propôs a votação e, por unanimidade, foi aprovado o procedimento de concurso público para a aquisição de serviços na área dos seguros. -----

ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções.

Terminada a ordem de trabalhos, e não havendo mais nada a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, dos quais, para constar se lavrou a presente acta, que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, José Francisco Ribeiro Roque, secretário que a redigi.

A Ata foi aprovada em minuta, por unanimidade, no final da sessão.

O Presidente: 

O Secretário: 